

# Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais

**Ronaldo Lopes de Melo**

*É Capitão de Fragata e Encarregado do Museu do Corpo de Fuzileiros Navais.*

## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo comentar aspectos da organização da Brigada Real da Marinha em 1808 e 1809, bem como destacar a importância da Tomada de Caiena para a história do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN). Para melhor entendimento, esta apresentação foi organizada em nove tópicos. Primeiramente, como introdução, serão abordados os antecedentes históricos da Tomada de Caiena, valorizando o contexto europeu no final do século XVIII. Em seguida, trataremos da transmigração da Família Real para o Brasil e a declaração de guerra à França e suas possessões. Adiante, será dado destaque à expedição a Caiena, empreendida pelo governo da Capitania do Grão-Pará, e o posterior envio de tropas navais do Rio de Janeiro, com a participação da Brigada Real da Marinha. Na sequência, serão enfocados os alvarás que a regularam entre 1797 e 1808. Por fim, falaremos de novas pesquisas acerca do tema e das comemorações dos 200 anos da Tomada de Caiena, seguida de uma breve conclusão.

**PALAVRAS-CHAVE:** Conquista de Caiena, Brigada Real da Marinha, Corpo de Fuzileiros Navais

## ABSTRACT

This paper aims to discuss aspects of the organization of the Royal Navy Brigade in 1808 and 1809 as well as highlighting the importance of Cayenne Taking in the history of the Marine Corps. For better understanding, this presentation was organized into nine topics. First, as introduction, it is discussed the historical background of the Cayenne Taking, focusing in the European context in the late of the eighteenth century. Next, we attempt to the transmigration of the Royal Family to Brazil and the declaration of war on France and its possessions. After, the article approaches the expedition to Cayenne, undertaken by the government of the Province of Grão-Pará, and the subsequent remittance of naval forces from Rio de Janeiro with the participation of the Royal Navy Brigade. Next, it is discussed the permits that regulated between 1797 and 1808, for finally talking about new researchs about the subject and the celebrations of 200 years of the Cayenne Taking, followed by a brief conclusion.

**KEYWORDS:** Achievement Cayenne Brigade Royal Navy, Marine Corps

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A Tomada de Caiena está inserida no contexto das mudanças geopolíticas na Europa. Dentre os principais personagens envolvidos neste processo, destacou-se Napoleão Bonaparte, que levou com determinação o projeto expansionista francês.

Em Portugal, encontrava-se Dom João, ainda Príncipe Regente, que, na sua difícil tarefa de proteger a Corte, decidiu transferi-la para o Brasil, dando início a uma série de transformações políticas e sociais em sua colônia na América.

Como ponto de partida para a nossa explanação, apontamos que a Revolução Francesa, no desenrolar das suas diversas fases, acabou por provocar um desequilíbrio na frágil aliança entre as monarquias europeias do período.

A radicalização do processo político francês provocou, em toda a Europa, uma onda de inquietação, aumentando o receio das dinastias europeias diante desse projeto, liderado por Napoleão.

Portugal chegou a organizar ações militares contra os franceses, enviando tropas para a chamada Campanha do Rosilhão. Essa foi considerada a primeira coalizão antifrancesa, sem ter, no entanto, logrado êxito.

Napoleão Bonaparte colocou a Alemanha meridional, a Holanda e uma parcela da Itália em sua esfera de conquista.

Em 1804, instituiu o Regime Imperial, negando, em parte, os princípios revolucionários que o levaram ao poder, transformando inclusive a imagem do Exército francês no exterior, antes visto como libertador e propagador dos ideais revolucionários, e agora como uma máquina de guerra que possibilitou a consolidação e expansão territorial da França. As sucessivas e esmagadoras vitórias sobre a Áustria, Prússia e Rússia asseguram-lhe o domínio da Europa continental e permitiu-lhe criar um “Estado tampão” no leste europeu, denominado Grão-Ducado de Varsóvia.

Entretanto, na tentativa de invadir o território inglês, Napoleão esbarrou na supremacia da força naval britânica. Por isso, o imperador francês promoveu um ambicioso projeto de reconstrução de sua Marinha de Guerra, sobretudo, após a Batalha de Trafalgar em outubro de 1805, quando sua Esquadra foi arrasada pela Marinha inglesa, sob o comando do Almirante Nelson. Isso obrigou o imperador francês a adiar suas pretensões.

Sem poder invadir a Inglaterra, Napoleão decidiu isolar seu inimigo com o chamado

“Bloqueio Continental”, decretado em 1806. Seu objetivo era arruinar o comércio, a Marinha Mercante e a crescente indústria britânica, favorecendo também a circulação dos produtos franceses na Europa.

Os termos do bloqueio à Inglaterra foram instituídos por meio do Decreto de Berlim, que, ao visualizá-lo, podemos destacar os artigos quarto e sétimo:

Art. 4º – Toda loja, toda mercadoria, toda propriedade, qualquer que seja sua espécie, pertencente a um súdito da Inglaterra, será declarada boa presa.

Art. 7º – Nenhum navio vindo diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas será recebido em qualquer porto.

Desse modo, somente a Inglaterra permanecia em guerra contra a França, enquanto Dinamarca, Portugal e Suécia mantinham-se neutros.

Caso a França conseguisse anexar os navios dos países neutros à sua Armada, superaria, em números, a força naval britânica. Os franceses passariam a controlar 148 naus, próximo do ideal que Napoleão almejava. Vale observar a tabela apresentada, onde consta a situação da Armada do Reino Unido, dos países neutros e da França e seus aliados.

Com o ataque da Inglaterra à Dinamarca, os intentos de Napoleão malograram. Portugal, porém, continuou com sua frota naval na mira do imperador francês.

Para a coroa portuguesa, o Bloqueio Continental serviu como estopim do agravamento da crise com a França.

O clima político dos anos de 1807 e 1808, para os portugueses, foi assim descrito pelo historiador Carlos Guilherme Mota, da USP:

*Deveras dramática foi a situação da elite portuguesa em 1807-1808, obrigada a combater o invasor francês, negociar subalternamente com os ingleses, ficar atenta à Espanha e, ainda por cima, levar em conta os interesses dos produtores e comerciantes brasileiros (...) de fato, foram os conflitos entre Inglaterra, em processo de industrialização, e a França revolucionária e expansionista que levaram Bonaparte a anexar Portugal em 1807-1808,*

*confiscando propriedades inglesas e prendendo no porto de Lisboa, numerosos comerciantes portugueses que haviam desobedecido a ordem do bloqueio continental contra a Inglaterra.*<sup>1</sup>

Estava assim criada uma situação limite para a diplomacia de Lisboa. As condições impostas pelos franceses eram muito severas, e caso Portugal aderisse ao Bloco Continental correria o risco de ver seus imensos domínios ultramarinos perdidos para a Inglaterra.

Em novembro de 1807, as tropas do General Junot entraram em Portugal. Contudo, não conseguiram concretizar os principais objetivos estratégicos fixados por Napoleão: capturar a Família Real portuguesa e apoderar-se de sua Armada.

## **TRANSMIGRAÇÃO DA FAMÍLIA REAL PARA O BRASIL**

Com a invasão do território português, o Príncipe Dom João ordenou a transmigração da Corte para o Rio de Janeiro. Essa decisão manteve no poder a dinastia dos Bragança e colocou em prática um plano cogitado, 50 anos antes, durante a administração do Marquês de Pombal.

A Família Real chegou ao Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1808, acompanhada pelos militares da Brigada Real da Marinha, força de soldados marinheiros que foi criada em Lisboa no ano de 1797. Essa tropa esteve incumbida de prover a segurança interna dos navios que transportaram a Corte portuguesa ao Brasil. O Corpo de Fuzileiros Navais originou-se dessa Brigada e a data da chegada ao Rio de Janeiro é considerada o marco-zero da história dos Fuzileiros Navais no Brasil.

Vale ressaltar que a Brigada foi criada em um contexto de conflitos na Europa, obrigando diversos países a reorganizarem suas forças militares.

## **DECLARAÇÃO DE GUERRA À FRANÇA**

Em 1º de maio de 1808, o Príncipe Dom João tornou público um manifesto em que rompia relações com a França. Na ocasião, também considerou nulos todos os tratados assinados anteriormente com os franceses.<sup>2</sup>

Em seguida, no dia 10 de junho, Dom João declarou guerra à França, decretando que *“por Mar, e por terra se lhes fação todas as possíveis hostilidades”*.

Sendo a Guiana Francesa uma possessão inimiga, fronteira às terras brasileiras, foi determinada a invasão da Ilha de Caiena.

A Guiana era território francês desde 1634, sendo estabelecido parte de seu limite territorial por meio do Tratado de Utrecht, em 1713, quando foi reconhecida a soberania portuguesa sobre as terras brasileiras compreendidas entre os Rios Amazonas e Oiapoque. Entretanto, esses limites nunca foram respeitados pelos franceses.

Certamente, a tomada de Caiena configurou como um revide à invasão de Portugal empreendida pelas tropas napoleônicas. Entretanto, ao se analisar o episódio, destaca-se a figura do Ministro português Dom Rodrigo de Souza Coutinho.

Nascido em uma família aristocrática tradicional, teve como padrinho de batismo o Marquês de Pombal. Ao iniciar sua carreira diplomática, foi designado, em 1796, para o cargo de Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

Quando assumiu o cargo de Ministro, seu irmão, Dom Francisco Maurício de Souza Coutinho, ocupava o cargo de Governador-Geral da Capitania do Grão-Pará, a quem sugeriu a invasão da Guiana Francesa. Disse Dom Rodrigo em carta oficial: *“para que vendo grande probabilidade de poderdes conquistar a Ilha de Caiena e domínios franceses na Guiana, assim o façais, mandando para esse fim uma expedição”*.<sup>3</sup>

<sup>1</sup> MOTTA, Carlos Guilherme. Da ordem imperial pombalina à fundação do império do Brasil (1750-1831): o significado da abertura dos portos. In: OLIVEIRA, Luis Valente de; RICUPERO, Rubens. *A abertura dos Portos*. São Paulo: Senac, 2007. p.70.

<sup>2</sup> O presente subtítulo terá como referência bibliográfica trabalhos publicados pela Marinha brasileira. Cf. BOUTEUX, Lucas Alexandre. *Nossas Campanhas Navais: a Conquista de Caiena*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1939; & GOYCOCHÊA, Luis Felipe de Castilhos; LEIVAS, Cláudio Pereira Leivas. *Conquista de Caiena*. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1979. v.2. t.II. pp.371-421.

<sup>3</sup> GOYCOCHÊA, p.384.

É possível que esta recomendação tenha sido motivada pela falta de unidade territorial da colônia, pois sua delimitação, apesar de definida mediante tratados diplomáticos, não era respeitada. O próprio Ministro Dom Rodrigo dirigia-se aos brasileiros como súditos das “*províncias da América que se denominam com o nome genérico de Brasil*”.<sup>4</sup>

Por ocasião da invasão à Guiana Francesa, em 1808, Dom Rodrigo ocupava o cargo de Ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, enquanto que seu outro irmão, Dom Domingos de Souza Coutinho, ocupava o cargo de Embaixador português em Londres, a quem Dom João já havia expressado sua intenção de mandar conquistar Caiena, antes de sua partida de Lisboa, através de correspondência oficial.<sup>5</sup>

Em suma, percebe-se que a Tomada de Caiena era uma possibilidade vislumbrada antes mesmo da mudança da Corte para o Brasil.

## EXPEDIÇÃO A CAIENA

Durante o conflito, o governo da Capitania do Grão-Pará teve participação decisiva, pois enviou esforços no sentido de viabilizar o pronto cumprimento das ordens régias. Para tanto, mobilizou boa parte da força militar existente na capitania, além de fazer alianças com os comerciantes locais a fim de que pudessem custear a campanha. Com os recursos disponíveis, o Governador José Narciso Magalhães de Menezes mandou organizar uma pequena força naval, sob o comando do Tenente-Coronel Manuel Marques, a fim de restabelecer a soberania de Portugal até a margem direita do Rio Oiapoque.

Em 15 de novembro de 1808, após tomar conhecimento das ordens do Príncipe Dom João, o governador do Grão-Pará determinou ao Tenente-Coronel Manuel Marques que atacasse à Guiana Francesa com destacamentos de todos os corpos de linha de sua capitania, até que, por fim,

conseguisse realizar um desembarque na Ilha de Caiena, reunindo todas as forças navais e terrestres.<sup>6</sup>

A expedição encontrava-se na Vila de Chaves, na parte ocidental da Ilha de Marajó, quando, somente em dezembro, seu comandante recebeu o mencionado plano de ataque. Sua força naval foi reforçada por um contingente oriundo do Rio de Janeiro, composto de três navios de guerra, um inglês e dois portugueses.

Esses navios eram comandados por:

- Fragata *Confiance* – Capitão de Mar e Guerra James Lucas Yeo;
- Brigue *Voador* – Capitão de Fragata José Antônio Salgado; e
- Brigue *Infante Dom Pedro* - Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira.

O contingente da Fragata *Confiance* era composto por ingleses e o dos brigues portugueses contava com militares da Brigada Real da Marinha.

O historiador Luis Felipe de Castilhos Goycochêa, em um trabalho publicado na coleção *História Naval Brasileira*, discorre sobre a composição das tropas que atuaram na Tomada de Caiena, em sua grande maioria proveniente da Capitania do Grão-Pará. Disse ele:

*Tem-se, dessarte, que à exceção da fragata inglesa e dos brigues portugueses mandados do Rio de Janeiro, todos os elementos integrantes da expedição militar que primeiramente restabeleceu a soberania portuguesa até ao Oiapoque ou Vicente Pizon, e mais tarde assenhoreou-se de toda a Guiana Francesa, foi do Pará, quer o elemento humano, os soldados, que na maioria era natural dessa capitania, quer o elemento material, os navios de guerra e de transporte, que pertenciam ao governo local ou*

<sup>4</sup> Apud: CRUZ, Ana Lúcia Rocha Barbalho da; PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Ciência, identidade e cotidiano: alguns aspectos da presença de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, no Século XVIII*. Universidade Federal do Paraná: Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses. Disponível em <<http://www.poshistoria.ufpr.br/BrasCoimbra%203.pdf>>. Acessado em 15 de maio de 2009. p.13.

<sup>5</sup> GOYCOCHÊA, pp.391-392.

<sup>6</sup> GOYCOCHÊA, pp.393.

*que pelo menos foram fretados aos negociantes de Belém e adjacências. Apenas os oficiais de maior graduação eram portugueses.*<sup>7</sup>

## **A BRIGADA REAL DA MARINHA EM CAIENA**

Ressaltamos que diversos pesquisadores militares já se dedicaram ao estudo sobre a Tomada de Caiena. Na Marinha, como exemplo, podemos citar o Almirante Lucas Alexandre Boiteux, autor do livro “Nossas Campanhas Navais: a conquista de Cayenna”, publicado em 1939 pela Imprensa Naval. No Exército, recentemente, o Coronel Nilson Vieira Ferreira de Mello, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, que escreveu um artigo intitulado “A Invasão da Guiana Francesa: um episódio da luta pela Amazônia”, publicado na *Revista do Clube Militar*, na edição deste mês.

Alguns desses pesquisadores militares citaram a participação da Brigada Real da Marinha no episódio. O Almirante Helio Leoncio Martins e o Comandante Dino Willy Cozza, também em trabalho publicado na *História Naval Brasileira*, destacaram que o efetivo dos navios do Rio de Janeiro era composto de militares dessa Brigada. Segundo eles:

*(...) O Brigue Infante Dom Pedro, sob o comando do Capitão-Tenente Luis da Cunha Moreira (...), e o Brigue Voador, sob o Comando do Capitão de Fragata José Antônio Salgado, tendo a bordo 300 homens da Brigada Real da Marinha, tomaram parte na Conquista de Caiena.*<sup>8</sup>

Gostaria de registrar o fato de que o Coronel (EB) Cláudio Skora Rosty, nobre conferencista deste seminário, também se baseou na referida citação quando ressaltou a atuação dos militares da Brigada no conflito.

De fato, são escassas as informações disponíveis sobre a participação da Brigada Real da Marinha na campanha em Caiena, princi-

palmente devido às dificuldades em detalhar suas ações a partir de documentos primários.

A historiografia brasileira, infelizmente, não contempla a Tomada de Caiena com registros ricos em informações. Até o momento, os que foram localizados e estudados deixam de responder alguns questionamentos, sobretudo no que tange ao detalhamento das expedições militares designadas para tomar a Guiana. Cabe ressaltar que a importância desse episódio histórico tornou-se evidente ao envolver parcelas distintas de “lusobrasileiros” espalhados pela Colônia em um movimento de cunho político e de garantia dos limites territoriais estabelecidos por meio do já mencionado Tratado de Utrecht.

Vale ressaltar que, desde 1807, a Brigada Real da Marinha vinha passando por um processo de transformação em sua estrutura, sendo editados alvarás que buscavam reorganizar a corporação.

## **ALVARÁS QUE REGULARAM A BRIGADA REAL DA MARINHA ENTRE 1797 E 1808**

Desse modo, se faz necessário analisar os três alvarás editados desde a criação da Brigada Real da Marinha, conforme a seguir: o de criação da Brigada, em 1797, e mais dois que determinaram sua reorganização, em 1807 e 1808.

À época de sua criação, a Brigada Real da Marinha contava com um efetivo de 5.222 homens, distribuídos em três divisões, que eram guarnecidas por pessoal agrupado pela qualificação profissional e de maneira mais disciplinada e ordenada. Os artilheiros-marinheiros cuidavam de todo o trabalho afeto à artilharia de bordo. Os artífices e lastradores-marinheiros com a responsabilidade de efetuar reparos nas embarcações e todo o serviço relativo à carpintaria. Por fim, os fuzileiros-marinheiros ficavam responsáveis pela segurança de bordo, guarda dos arsenais de Marinha e pelos transbordos e eventuais desembarques.

Antes da criação da Brigada Real da Marinha, as funções da chamada “gente de

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> MARTINS, Hélio Leoncio; COZZA, Dino Willy. Poderes Combatentes. In: *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1997. v.5. t.IB. p.93.

bordo" não estavam definidas de maneira a tornar coeso o desempenho da guarnição de um navio de guerra português. Assim sendo, o Alvará de Criação da Brigada Real da Marinha veio, entre outras coisas, definir as atribuições do pessoal embarcado.

Como podemos visualizar, a Brigada Real da Marinha possuía três divisões subordinadas ao inspetor-geral. Na Primeira Divisão, havia dez companhias de artilheiros-marinheiros, com 177 militares em cada uma, totalizando 1.770 homens. Na Segunda Divisão, 12 companhias de fuzileiros-marinheiros, também com 177 militares, totalizando 2.124 homens. E na terceira Divisão, nove companhias de artífices-marinheiros, com 132 militares em cada uma, com um subtotal de 1.188 homens; e mais uma companhia de lastreadores-marinheiros, com 140 homens, perfazendo um total de 1.328 militares nessa Divisão.

Em 7 de setembro de 1807, o Príncipe Regente Dom João reorganizou a Brigada Real da Marinha por meio de um outro alvará, que diminuiu seu efetivo para 2.992 homens e criou o Estado-Maior da corporação, sendo todos os seus integrantes, desde então, denominados "artilheiros".

Também por força desse alvará, a Brigada Real da Marinha passou a se constituir de três batalhões, cada um com oito companhias, composta por 123 militares, e seu respectivo Estado-Maior, com dez integrantes, perfazendo um total de 994 homens por batalhão. Somando-se os 2.982 militares dos mencionados batalhões e os dez integrantes do Estado-Maior da Brigada, o efetivo total era de 2.992 homens.

Em um quadro comparativo dos alvarás de 1797 e 1807, observamos uma redução de 42,70% no efetivo da Brigada Real da Marinha.

Essa diminuição estava relacionada, sobretudo, ao contexto de contenção de despesas do Governo português, conforme apontado no alvará. Também é possível que essa decisão tenha sido motivada pela necessidade de disponibilizar um maior número de vagas nos navios para os integrantes da Corte, no caso de uma possível transfe-

rência da Família Real para o Brasil, o que ocorreu meses depois.

Após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, Dom João tornou público outro importante alvará, datado de 13 de maio de 1808, que tratou sobre o efetivo da tropa, porém empreendeu nova organização aos três batalhões que compunham a Brigada Real da Marinha, equiparando-a aos Regimentos de Artilharia do Exército. Nesse sentido, determinou entre outras coisas: que cada batalhão fosse comandado por um tenente-coronel, que cada companhia tivesse somente três oficiais e 64 soldados; que os oficiais da Brigada Real seguissem a mesma denominação dos Corpos de Artilharia do Exército Português. Além disso, pôs fim às distorções nos soldos e nas gratificações, regulando os vencimentos dos membros da corporação.<sup>9</sup>

## NOVAS PESQUISAS

Devido à equiparação da Brigada Real da Marinha aos Regimentos de Artilharia do Exército, tem sido encontradas dificuldades no que tange à identificação desses soldados da Marinha que combateram na Tomada de Caiena. Desse modo, precisamos incentivar novas pesquisas acerca do tema, principalmente por historiadores e estudantes universitários.

Dentre a bibliografia recente sobre a Tomada de Caiena, damos destaque a um livro, lançado em 2003, na França, que versa sobre a conquista da Guiana Francesa pelos portugueses, o que aponta para uma retomada nas pesquisas acerca do tema. De autoria do escritor francês Jean Soublin, esse livro, intitulado "Cayenne 1809: la conquête de la Guyane par les Portugais du Brésil", faz parte de uma relação disponível no site da Biblioteca do Exército Brasileiro (BIBLIX), onde os internautas podem escolher, por meio de uma Enquete Editorial com 22 títulos disponíveis, dez livros de sua preferência para serem publicados no ano de 2010.

Além disso, no Arquivo Nacional existem vários documentos sobre a capital da Guiana Francesa, inclusive uma coleção específica sobre Caiena, reunindo fontes do período de

---

<sup>9</sup> Alvará do Príncipe Regente Dom João, datado de 13 de maio de 1808

1790 a 1810. Nessa coleção, foram encontrados alguns documentos que tratam exclusivamente sobre a tomada da cidade pelas tropas portuguesas. Entre eles, o registro das correspondências do Tenente-Coronel Manoel Marques, chefe do novo Governo na Guiana Francesa, com um total de 516 páginas.

Aproveito a oportunidade para agradecer aos funcionários do Arquivo Nacional pelo apoio prestado durante as pesquisas para o presente trabalho, bem como parabenizar esta importante instituição, que desde 1838 (assim como o IHGB) tem desempenhado com sucesso a guarda dos documentos públicos de interesse nacional.

Gostaria de registrar que a Professora Doutora Ismênia de Lima Martins, nobre conferencista deste seminário, também ressalta importância da pesquisa em arquivos públicos. Segundo suas próprias palavras, essa atividade é “um verdadeiro ato de garimpar”.

A partir dessas fontes primárias, é possível encontrar informações importantes sobre a participação da Brigada Real da Marinha na tomada da cidade de Caiena. Em correspondência do Tenente-Coronel Manoel Marques ao Governador do Pará, há referências diretas aos militares da Brigada:

*(...) Na Escuna Príncipe Regente, que agora parte para esta Cidade, vão hum Cabo, e sette soldados da Brigada dos da guarnição do Brigue Infante, e fica ainda no Hospital o Soldado Quintino José do mesmo Corpo (...).*<sup>10</sup>

Após a tomada da cidade de Caiena, o então Capitão-Tenente Luís da Cunha Moreira, comandante do Brigue português *Infante Dom Pedro*, foi incumbido de escoltar o ex-governador da Guiana Francesa, Victor Hugues, até a França, acompanhado de outros prisioneiros. Com o embarque dos mesmos, parte da tropa da Brigada Real da Marinha, que compunha o efetivo do referido brigue, teve que partir para a Capitania do Pará, embarcada na Escuna *Príncipe Regente*.

Destacamos que o oficial Luís da Cunha Moreira era brasileiro, tendo sido, mais tarde, promovido a Almirante. Em 1822, tornou-se o primeiro Ministro da Marinha após a Independência e, em 1858, foi condecorado com o título de Visconde de Cabo Frio.

Voltando aos documentos do Arquivo Nacional, há inclusive o registro de um elogio ao furriel da Brigada Real da Marinha, Antônio Aloísio, encarregado da guarda dos prisioneiros franceses.

*(...) Devo pois recomendar a Proteção, e equidade de V. Exa. o Furriel da Brigada Antônio Aloísio, que sendo por mim encarregado do Comando effectivo da Guarda dos Prisioneiros Franceses, desempenhou esta Comissão, de huma maneira digna de todos os elogios (...).*<sup>11</sup>

Durante a invasão da cidade de Caiena, os navios de grande calado não puderam avançar até as proximidades da ilha, devido a pouca profundidade na área. Outro obstáculo a ser superado foram os pequenos fortes situados às margens do Rio Aprocck, que dificultavam o prosseguimento da missão. Conquistados os últimos fortes, foi garantido o desembarque da tropa dos navios da força naval luso-brasileira que se encontravam ancorados próximo à cidade. O destacamento ocupou o território da Guiana, cooperando ativamente nos combates travados até a vitória. A Ata de Capitulação do Governo francês na colônia foi assinada em 12 de janeiro de 1809, e as tropas portuguesas entraram solenemente em Caiena no dia 14.

Ressaltamos que os militares da Brigada Real da Marinha, a bordo dos navios portugueses, também participaram dessas operações. De fato, a proeminência das tropas do Grão-Pará no episódio é evidente, sobretudo por constituir a maioria do efetivo que partiu para a Guiana Francesa. Porém, para os militares da Brigada Real da Marinha, a Tomada de Caiena configurou-se como uma

<sup>10</sup> Arquivo Nacional. *Correspondência do Tenente-Coronel Manoel Marques ao Governador do Pará*. Caiena: 8 de Agosto de 1809.

<sup>11</sup> Arquivo Nacional. *Correspondência do Tenente-Coronel Manoel Marques ao Governador do Pará*. Caiena: 6 de março de 1809.

importante experiência, principalmente por atuarem juntamente com os soldados marinha britânicos, embarcados na Fragata *Confiance*. Além disso, a Brigada Real da Marinha constituía-se como uma tropa de confiança da Família Real, tanto é que, além de prover a segurança das naus que transportaram a Corte portuguesa até o Brasil e atuar na Tomada de Caiena, também foi designada para ocupar a Banda Oriental, em 1811, diante dos conflitos ocorridos no Sul da colônia portuguesa na América.

O sucesso da campanha em Caiena motivou o Príncipe Regente Dom João a mandar cunhar, a título de prêmio, uma medalha comemorativa alusiva ao feito na Guiana Francesa, em cujo anverso estava sua figura em perfil coroada de louros e no reverso a data de 14 de janeiro de 1809, com a inscrição: "*Caiena tomada aos franceses*".<sup>12</sup>

Vale ressaltar que a ocupação da Guiana Francesa também se tornou importante para os destinos do Brasil, por diversas razões. De lá foi trazida uma preciosa coleção de plantas frutíferas e de especiarias para a colônia. Muitas dessas plantas ficaram no Pará e em Pernambuco, e grande número delas foi transportado para o Real Jardim da Lagoa Rodrigo de Freitas, atual Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Juntamente com essa remessa de plantas, vieram canas sacarinas de Caiena, até hoje conhecidas como "cana-caiana", proporcionando grandes vantagens à cultura do açúcar.

Além disso, a ocupação da Guiana Francesa contribuiu para a definição das fronteiras brasileiras. Em 1815, com a queda de Napoleão Bonaparte, a posse da Guiana voltou a ser reivindicada pelo Governo francês. No entanto, como os termos da proposta não foram aceitos pelo Governo de Portugal, a questão passou a ser discutida no Congresso de Viena. Desse modo, a França concordou em recuar os limites de sua colônia até a divisa proposta pelo Governo português. Por fim, em 21 de novembro de 1817, os portugueses devolveram a possessão aos franceses,

por meio de um acordo entre a França e o recém-criado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em obediência ao Congresso de Viena.

Portanto, embora temporária, a ocupação da Guiana Francesa foi bastante significativa para a posterior fixação dos limites territoriais do Brasil.

Por ocasião de sua devolução, em 1817, ficaram tacitamente estabelecidos os limites da região do Oiapoque, situada no atual Estado do Amapá. Essa questão só foi oficializada mais tarde, em 1900, por meio da atuação diplomática do Governo brasileiro, tendo à frente o chanceler José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que se respaldou em indiscutíveis argumentos histórico-cartográficos.

Após a Tomada de Caiena, os militares da Brigada Real da Marinha, até então instalados a bordo dos navios e quartéis da Armada Real no Rio de Janeiro, foram transferidos e aquartelados na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, em 21 de março de 1809, por determinação do Ministro da Marinha, Dom João Rodrigues Sá e Menezes, o Conde de Anadia. Desde então, a Fortaleza de São José da Ilha das Cobras passou a ser a sede do Corpo de Fuzileiros Navais.<sup>13</sup>

## **DUZENTOS ANOS DA TOMADA DE CAIENA**

Em reconhecimento à importância da participação da Brigada Real da Marinha nessa expedição, o Corpo de Fuzileiros Navais lançou, em 7 de março de 2009, a Medalha Comemorativa aos 200 anos da Tomada de Caiena, tendo sido cunhada pela Casa da Moeda do Brasil nas versões prata e bronze, cujo exemplar encontra-se exposto no Museu do Corpo de Fuzileiros Navais.

Em seu anverso, o artista plástico Luiz Henrique Peixoto reproduziu a imagem do quadro do pintor Álvaro Martins, intitulado "Desembarque em Caiena", que representa a ação dos Fuzileiros Navais duran-

<sup>12</sup> Existem três versões da referida medalha (em bronze, prata e prata dourada) e com as mesmas dimensões (5cm de diâmetro). Ela foi cunhada em Londres pelo gravador George Frederick Pidgeon e modelada pelo artista flamengo Peter Rouw. Há um exemplar da referida medalha no Museu Histórico Nacional. In: GOYCOCHÉA, p.409.

<sup>13</sup> MARQUES, Antero José. *Livro Histórico do Corpo de Fuzileiros Navais*. Rio de Janeiro: Imprensa Naval. ed.2. p.121.



te a conquista da Guiana Francesa. Acima a legenda “Tomada de Caiena” e abaixo, “Bicentenário – 2009”.

Já o reverso, idealizado pela artista plástica Érika Takeyama, apresenta a Bandeira da Brigada Real da Marinha, tendo ao centro o Brasão de Armas do Reino de Portugal e Algarves, encimado pela Coroa Real sobre duas âncoras. Contornando o bordo, a legenda: “Batismo de Fogo dos Fuzileiros Navais”.

## **CONCLUSÃO**

Finalizando nossa apresentação, ressaltamos que a guerra contra a Guiana Francesa,

nos anos de 1808 e 1809, foi a primeira missão de combate da Brigada Real da Marinha após sua chegada em terras brasileiras.

Para o Corpo de Fuzileiros Navais, hoje consagrado em sua missão como Força Anfíbia, o maior legado dessa operação de guerra reside no fato de ela ter sido efetivada justamente por meio de desembarques de tropas nas praias daquela ilha, além de notabilizar o caráter expedicionário de uma força pronta para ser empregada em diversos ambientes e locais, independentemente das adversidades apresentadas, sendo, portanto, considerada a Tomada de Caiena o batismo de fogo dos Fuzileiros Navais no Brasil.